

ACM quer Maciel coordenador

Senador ataca governadores tucanos. Marcello e Eduardo Azeredo respondem no mesmo tom

Lydia Medeiros e Cátia Seabra

SALVADOR e RIO

O senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) defendeu ontem o nome do vice-presidente Marco Maciel para fazer a articulação política do Governo. Segundo Antônio Carlos, quem faz a coordenação hoje é o próprio presidente da República, mas ele precisa de uma pessoa que atue como operador de suas determinações. A opinião do senador coincide com a dos principais aliados do presidente Fernando Henrique, para quem ele precisa ser menos centralizador daqui para frente e evitar desgastes a cada crise no Governo.

— Não há melhor coordenador no país que o doutor Marco Maciel. É só lhe dar força. Quem faz política é o presidente, mas ele tem que ter uma pessoa para operar seus desejos e suas vontades — disse Antônio Carlos.

Segundo o senador, o reordenamento da base governista no Congresso não passa necessariamente pela reforma ministerial, idéia que ganha corpo entre os aliados do Governo e é negada pelo presidente. Como uma das maneiras de evitar as crises com o Congresso, Antônio Carlos sugere que sejam fortalecidos os coordenadores de bancadas estaduais. Hoje eles atuam como uma ponte entre os deputados e o Planalto.

— O Governo vai ter que ter seus comandos parlamentares, na base do estado por estado.

Interpretando o que pode ser o pensamento do presidente, Antônio Carlos disse que, para Fernando Henrique, o grande êxito do Governo é o combate à inflação. Assim, não gostaria de mudar a área econômica, porque estaria funcionando como ele (Fernando Henrique) quer. Quanto aos titulares dos ministérios que não estariam funcionando bem, Antônio Carlos atribuiu essa atuação à falta de recursos. Por isso, diz ele, o presidente deverá mantê-los:

— Acho que ele prefere ficar com esses que não gastam.

Antônio Carlos pergunta: "Quantos soldados eles têm para essa luta?"

Antônio Carlos reafirmou a aliança entre o presidente Fernando Henrique e o PFL e criticou mais uma vez a iniciativa de um grupo de governadores de criar uma tropa de choque para defender o Governo dos ataques do partido. Segundo ele, não terá sucesso qualquer movimento articulado pelo PSDB para tentar indispor Fernando Henrique com os pefelistas da Bahia:

— Quero saber quantos soldados eles têm para esta luta. Isso se faz com deputados e nós aqui da Bahia sabemos quantos temos e quanto temos dado.

O senador lembrou que o PFL foi o partido que mais ajudou o Governo este ano, votando a favor das reformas e dos projetos de interesse do Planalto. Assinalou ainda que o apoio partiu principalmente de dois estados: Bahia e Ceará, governado pelo tucano Tasso Jereissati. Tasso e o governador de São Paulo, Mário Covas, são os únicos poupados nos ataques do senador ao PSDB. Segundo Antônio Carlos, os outros governadores presentes ao encontro com o



ANTÔNIO CARLOS: "Não há melhor coordenador no país do que o doutor Marco Maciel"

presidente — os tucanos Marcello Alencar (RJ) e Eduardo Azeredo (MG) e o peemedebista Antônio Britto — só decidiram apoiá-lo na campanha presidencial depois do PFL.

— O presidente sabe que na primeira hora contou com o PFL da Bahia. Inclusive, dos governadores ali, à exceção de Tasso e Covas, nenhum fala mais alto que nós. Todos chegaram depois. Alguns ali, não todos, estavam arrombando porta aberta. E os que mais falaram foram os que mais estavam pedindo dinheiro ao Governo. Isso não ficou bem — atacou o senador.

Antônio Carlos ainda não falou com Fernando Henrique desde que ele chegou a Salvador para um curto período de descanso. Segundo o senador, não se falaram nem pelo telefone. Fernando Henrique poderá ter hoje um encontro com o presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), filho de Antônio Carlos.

— O Luís Eduardo é presidente da Câmara e tem assuntos para tratar com o presidente. Eu não tenho nada urgente para falar com ele. Além disso, Luís Eduardo é mais amigo dele do que eu — disse o senador.

Apesar da distância mantida entre os dois, Antônio Carlos disse estar satisfeito com a escolha do presidente:

— Ele tem 500 lugares para descansar no Brasil. O fato de aceitar vir a Bahia foi uma coisa simpática. Demonstra à mídia que não há prevenção. Estaria disposto a visitá-lo se não fosse interromper o seu descanso. O mais impor-

ante é o repouso dele que o meu desejo de ir vê-lo.

A reação de Marcello Alencar: "Ele não está com esse cacife todo"

Os governadores Marcello Alencar e Eduardo Azeredo reagiram ao ataque do senador. No Rio, Marcello disse que Antônio Carlos quer ser "o timoneiro do Governo", mas duvidou que ele tenha tanto poder até mesmo no PFL.

— Ele não quer deixar o barco, quer levá-lo. Mas não está com esse cacife todo para levar o PFL para onde ele quer. O PFL não é o ACM — disse Marcello.

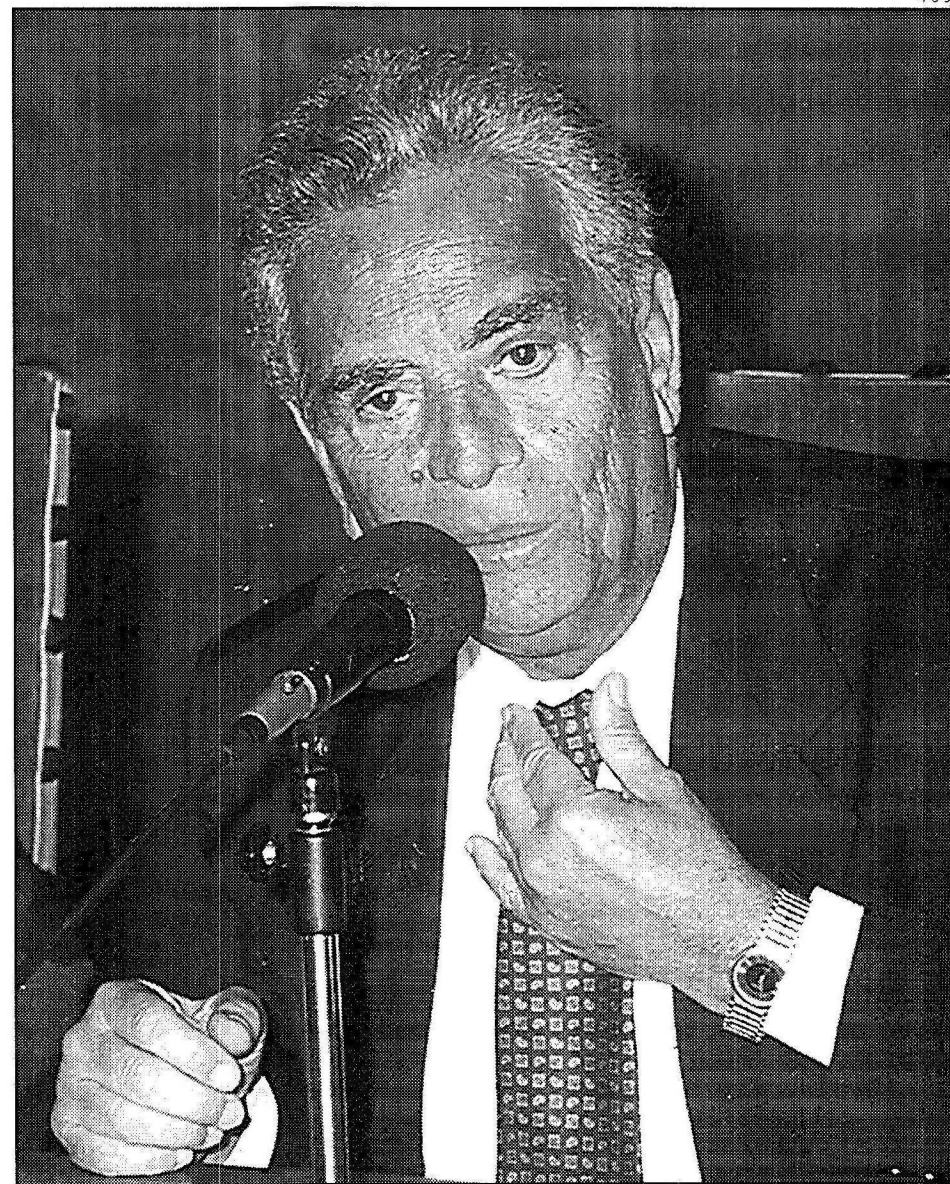
Em Minas, Eduardo Azeredo deu uma resposta dura a Antônio Carlos:

— Não faço questão de que o senador lembre-se de mim. Eu gostaria mesmo que ele me esquecesse.

Mesmo reconhecendo o peso político de Antônio Carlos e apontando o PFL como um importante aliado, Marcello recomendou cautela ao partido, para não se deixar conduzir pelo estilo do senador baiano:

— Os interesses de um partido político como esse podem sofrer nesse jogo que arrisca muito: joga tudo numa parada e depois recua do jeito dele, com a experiência dele — advertiu.

O governador do Rio também defendeu a ampliação da base governista, com o fortalecimento do PMDB, do PTB e do PPB, como uma das saídas para que o Palácio do Planalto não fique refém de um único partido que, volta e meia, "faz beicinho". Segundo Marcello, esse foi um dos temas da reunião entre



MARCELLO ALENCAR: "Queremos o PFL ao nosso lado sem que aprisione o presidente"

o presidente Fernando Henrique Cardoso e os governadores Tasso Jereissati (PSDB-CE), Mário Covas (PSDB-SP), Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Antônio Britto (PMDB-RS). Ainda de acordo com o governador do Rio, Fernando Henrique não discordou da idéia.

— O Governo não pode ficar engessado numa aliança estreita. Queremos o PFL, sim, ao nosso lado, sem que isso aprisione o presidente e o impeça de fazer outras composições — disse.

Sem querer dar detalhes, deu sinais de que, da ampliação dessa base, nasceria uma reforma no Ministério.

— É natural que o presidente imagine isso de acordo com o encaminhamento das questões das alianças políticas — insinuou Marcello.

Para Marcello, o senador cometeu um equívoco ao supor que os governadores não deveriam interferir no cenário político. Ao contrário: essa seria uma obrigação dos tucanos.

— Não podemos assistir indiferentes a todo esse teatro. É o PFL brigando com o PFL, brigando conosco, fazendo ameaças. Isso tem que parar. Um aliado, consciente e sério, não faz uma coisa dessas — reclamou Marcello.

O governador cobrou de ministros e tucanos maior firmeza do Governo federal. Para ele, Fernando Henrique está solitário e precisa de escudeiros.

— É como botar o melhor jogador nosso, o chefe da equipe, para levar pontapé na área de todo mundo. Ninguém quer se expor e isso é o que me irrita — disse.

O PPB quer um ministério com a reforma que pode vir em março

Com uma bancada de 89 deputados e cinco senadores, o PPB quer ser contemplado com um ministério e, por isso mesmo, defende uma reforma ministerial. O partido recebeu sinais do Palácio do Planalto de que o presidente está interessado numa participação do PPB no Governo, já que o partido foi o que mais cresceu esse ano, justamente em cima das duas maiores forças no Congresso: PMDB e PFL. E o escolhido dentro do PPB para ocupar um ministério é o deputado Francisco Dornelles (PPB-RJ). O presidente não pretende, no entanto, fazer qualquer mudança antes da votação das reformas e deixou isso claro em conversas com líderes do PPB.

Em novembro, durante encontro com esses líderes, o próprio presidente admitiu que a idéia era tornar efetiva a participação do partido no Governo. Fernando Henrique esclareceu, porém, que não tinha pressa em deflagrar uma reforma ministerial. O presidente não quer arriscar a aprovação das reformas com mudanças que poderiam abalar a base de sustentação do Governo.

Se as reformas forem votadas rapidamente, como quer o Governo, o presidente poderá desencadear a reforma a partir de março. A participação do PPB no Ministério vem sendo defendida, por exemplo, pelo líder do Governo no Senado, Elcio Álvares (PFL-ES). Em conversas com Fernando Henrique, Elcio Álvares tem dito que o PPB não tem o reconhecimento que merece.